

## A EVOLUÇÃO DO CRÉDITO NO BRASIL ENTRE 2003 E 2010

**Mônica Mora**

Técnica de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea. *E-mail:* monica.mora@ipea.gov.br

O crédito aumentou expressiva e continuamente durante o governo Lula, inclusive após a crise de 2008. Assim, o volume de crédito, que representava 26% do produto interno bruto (PIB), em dezembro de 2002, atingiu 45,2% do PIB, em dezembro de 2010. A elevação do volume do crédito, em um contexto macroeconômico caracterizado por elevadas taxas de juros (ainda que descendentes), inicialmente foi capitaneada pelos bancos privados e ocorreu tanto no âmbito da pessoa física quanto jurídica.

Em um segundo momento, e em resposta ao agravamento da crise econômica internacional, a elevação do crédito foi sustentada por ações deliberadas do governo, focadas inicialmente no crédito direcionado e ampliadas em direção ao crédito livre com taxas referenciais, por intermédio dos bancos federais.

O trabalho tem por objetivo identificar o que motivou esse processo. A oferta de crédito pelas instituições bancárias é, antes de tudo, uma decisão de alocação de portfólio. Portanto, os bancos defrontam-se com a necessidade de deliberar como irão distribuir riscos e assegurar rentabilidade. Ou seja, as razões que levaram a uma mudança no portfólio de ativos do sistema financeiro brasileiro, pois, tradicionalmente, os títulos da dívida pública, em decorrência do *mix* elevada rentabilidade e baixo risco, destacavam-se na carteira do sistema financeiro brasileiro (Carvalho, 2005; Prates e Biancareli, 2009).

Inicialmente, apresenta-se a evolução do crédito no Brasil no governo Lula em uma perspectiva histórica, com a finalidade de mostrar que houve mudança estrutural

na oferta de crédito, com o aumento da participação dos bancos privados. Em seguida, discute-se o aumento do crédito à pessoa física, que capitaneou o processo de ampliação da oferta de crédito, e logo após debate-se os possíveis determinantes da elevação de crédito à pessoa jurídica. Por fim, será abordada a resposta do governo brasileiro à crise econômica internacional no âmbito do crédito.

Conclui-se que, em um contexto macroeconômico favorável, mudanças na legislação, com repercussões sobre o crédito pessoal, a aquisição de bens e sobre o financiamento de empresas, assim como inovações financeiras introduzidas nos contratos de financiamento à pessoa jurídica, contribuíram para explicar o aumento da oferta de crédito com recursos livres entre 2004 e 2008. Em 2009 e 2010, a decisão deliberada do governo de aumentar os financiamentos com recursos direcionados e com recursos livres, com a finalidade de sustentar a oferta de crédito (ou ao menos atenuar a sua queda), possibilitou compreender o comportamento do crédito após eclosão da crise financeira em 2008.

SUMÁRIO EXECUTIVO